Ofício nº 3073 (SF)

Brasília, em 18 de dezembro de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Rafael Guerra
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Projeto de Lei do Senado à revisão.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias, constante dos autógrafos em anexo, que “Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para determinar a criação de organizações de procura de órgãos ou tecidos para transplantes e de organizações de procura de córneas, no âmbito do Sistema Nacional de Transplantes, e a definição de diretrizes a serem observadas em caso de doador vivo.”

Atenciosamente,

Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para determinar a criação de organizações de procura de órgãos ou tecidos para transplantes e de organizações de procura de córneas, no âmbito do Sistema Nacional de Transplantes, e a definição de diretrizes a serem observadas em caso de doador vivo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A:

“Art. 13-A. É obrigatória a criação, no âmbito do Sistema Nacional de Transplantes, de organizações de procura de órgãos ou tecidos para transplantes, de caráter intra ou inter-hospitalar, com a finalidade de identificar potenciais doadores de órgãos, tecidos ou partes do corpo para fins de transplante ou tratamento.

§ 1º As organizações referidas no **caput** serão responsáveis pelo monitoramento das unidades notificadoras de doadores, de estabelecimentos públicos ou privados, existentes em determinada área geográfica e terão sua estrutura, composição e atividades definidas em regulamento.

§ 2º Para a captação de córneas, poderão ser criadas organizações de procura de córneas, observando-se o previsto no **caput** e no § 1º, as quais deverão proceder à busca ativa de doadores com parada cardíaca irreversível, providenciar os exames sorológicos indicados, captar, preparar, avaliar e preservar as córneas, entre outras atribuições definidas em regulamento.

§ 3º As organizações de procura de órgãos ou tecidos para transplantes e as organizações de procura de córneas não poderão ter qualquer participação na alocação dos órgãos ou tecidos por elas captados.”

Art. 2º O art. 9º da Lei nº 9.434, de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 9º:

“Art. 9º

§ 9º A doação referida neste artigo deverá obedecer às diretrizes estabelecidas por resolução do Conselho Federal de Medicina.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Senado Federal, em de dezembro de 2009.

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal